

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa





4/5



Edições
Colibri

◁▷↖↗↘↙⊙⊛⊞⊟⊠⊡⊢⊣⊤⊥⊦⊧⊨⊩⊪⊫⊬⊭⊮⊯⊰⊱⊲⊳⊴⊵⊶⊷⊸⊹⊺⊻⊼⊽⊾⊿⋄⋆⋇⋈⋉⋊⋋⋌⋍⋎⋏⋐⋑⋒⋓⋔⋕⋖⋗⋘⋙⋚⋛⋜⋝⋞⋟⋠⋡⋢⋣⋤⋥⋦⋧⋨⋩⋪⋫⋬⋭⋮⋯⋰⋱⋲⋳⋴⋵⋶⋷⋸⋹⋺⋻⋼⋽⋾⋿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓚⓛⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓚⓛⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿

foram seleccionadas apenas Maet e Heh, tendo sido omitidos deuses importantes e com uma tão rica e variada iconografia como Ré (signos C 1 e C 2), Min (signo C 8), Amon (signo C 12) e Ptah (signo C 19). Nos signos M (Trees and plants) não foi mencionado o caule de papiro *uadj* (signo M 13), enquanto o signo Q 1 (o trono arcaico amiúde presente na iconografia) também não foi reproduzido.

É verdade que a intenção não era analisar todas as centenas de hieróglifos egípcios, houve uma prévia selecção para a apresentação de cem signos como se avisa no prefácio. Mas não deixa de chamar a atenção a ausência das várias coroas faraónicas, signos que se incluem no abundante grupo S (Crowns, dress, staves, etc.): a coroa do Alto Egipto  (signo S 1), a coroa do Baixo Egipto  (signo S 3), a coroa das Duas Terras unidas  (signo S 5) e a coroa azul ou *kheprech*  (signo S 7).

Segue-se um glossário (pp. 218-220) e a bibliografia (pp. 220-223), dividida numa bibliografia básica e especializada, e com referências bibliográficas para cada um dos signos apresentados. Na lista básica vêm indicadas as obras que poderão servir de introdução ao estudo da escrita hieroglífica, com breves comentários acerca de cada uma delas. A Obra termina com a indicação da origem das ilustrações (pp. 222-223) e com o índice remissivo (p. 224).

O agradável volume de Richard H. Wilkinson, ligando a escrita e a arte, constitui sem dúvida um proveitoso elemento de consulta que vem na linha dos límpidos trabalhos de Henry G. Fischer sobre a análise integrada e harmónica da filologia, da escrita hieroglífica e da arte.

Luis Manuel de Araújo

MARIO ALIGHIERO MANACORDA, *Leitura laica da Bíblia*, Caminho, Lisboa, 1993, 369 pp, ISBN 972-21-0802-6.

O presente livro é tradução da obra de um Professor de História da Pedagogia nas universidades de Florença e Roma e está integrado na Coleção Universitária, secção de História, em que a editorial Caminho já anteriormente publicara *A origem do cristianismo* e *Os primeiros cristãos*. Estes dados emprestavam à proposta agora apresentada alguma expectativa e seriedade.

Para mais, como se explica na introdução, o livro está constituído inteiramente por uma troca de cartas entre o autor italiano e uma intelectual japonesa. Inicia ela a conversa, desejando saber do mistério da alma ocidental, quase expressão de ricochete das procuras do mistério da alma oriental por parte de muitas consciências ocidentais. No centro desta dupla procura, é posta a questão da Bíblia, de algum modo, como autêntica pedra de toque. No entanto, o próprio Autor rotula estas conversas como sendo “sobre a incredibilidade da religião” (p. 11), o que significa que o objectivo pretendido é o de enfrentar a Bíblia, no intuito de desmistificar confusões ou mal entendidos nela existentes ou praticados noutras leituras da mesma. O Autor instalou-se na questão do conflito de leituras. Esta questão tem certamente muito conteúdo cultural para a nossa história ocidental, mas parece-me que o conteúdo propriamente bíblico fica bastante mal tratado e reduzido a mínimas e simples referências.

A primeira parte contém treze questões introdutórias e, para além da tentativa de definir elementares linhas epistemológicas de leitura, define o essencial da representatividade da Bíblia na nossa alma ocidental como representando uma confrontação do mundo dos judeus com o dos romanos. De um lado estão “os judeus, mágicos e místicos” e do outro, “os romanos, laicos e terrenos”. É interessante verificar como o A. sente a importância histórica desta confrontação; mas a definição de ambos os campos é demasiadamente simples e pouca representatividade se lhe pode atribuir.

A segunda parte trata das origens do mundo e dos homens. É a temática do início do livro do Génesis (que o tradutor, Manuel Ruas, refere sempre como “a Génese”) até ao cap. 11. São as questões que a Bíblia tem tradicionalmente mais expostas e com as quais muitas vezes se tende a identificar o essencial do seu conteúdo e, de maneira igualmente indevida, também o essencial dos fenómenos religiosos que nela estão historicamente enraizados

A terceira parte propõe leituras de alguns quadros da tradição patriarcal, sublinhando sempre os aspectos paradigmáticos e a sua representatividade doutrinal.

Na quarta parte, é a figura de Moisés que preside à constituição do povo hebreu, segundo o Autor. Mas a importância inegável de Moisés não poderá, no entanto, ser declarada com o dado de que ele teria sido “o fundador do Estado hebraico” (p. 253), mesmo que se não desse a esta afirmação mais do que um conteúdo literário. A identidade do povo

é directamente conotada com a saída do Egipto. A apresentação do bloco literário referente ao Sinai recebe alguma ênfase, se bem que frequentemente escarninha, como quando designa a teofania ali envolvida como sendo “armar ao povo um grande logro” ou quando trata os levitas como sacerdotes-gendarmes, ainda que algumas páginas da Bíblia atribuam a este grupo intervenções sociais particularmente intensas.

A quinta e última parte intitula-se “a história do povo hebraico” e assenta sobre a explicitação de quatro momentos-chave com alguns corolários. Os momentos-chave seleccionados são: 1.º, Josué e a assembleia de Siquém, em que é apresentada a eleição de um Deus pela comunidade dos hebreus, o que faria dos hebreus o povo eleitor(!) de Deus e não o seu povo eleito. O trocadilho pode ser interessante, mas aborta breve; 2.º, Salomão e a construção do templo, como realidade do seu tempo relida por meio de um discurso mais tardio atribuído a Salomão que faz ancorar na imagem do templo antigo algo do universalismo tendente ao cristianismo, (aqui, está o A. a fazer uma leitura histórica com base e com interesse); 3.º, Josias e a redescoberta da lei, encadeando-se com figuras anteriores de Ezequias, Salomão e Moisés; 4.º, o tempo de Esdras e o nascimento do judaísmo. A síntese historiográfica desta última parte e a selecção dos momentos-chave até são pertinentes e fazem mesmo esquecer um pouco a irritação produzida pela elementaridade epistemológica assumida em grande parte do livro.

O corolário final sobre os mandamentos como síntese literária da ética social bíblica é muito pobre, superficial e desfocado.

Não se chega sequer a apreender o que seja uma leitura laica da Bíblia, cuja intenção tão declaradamente fora exposta em título. Para ser uma leitura histórica liberta de atitudes religiosas acríicas, este texto não pratica tal critério de rigor e de esforço. Pelo contrário, é uma simples leitura anti-religiosa, mas inteiramente acríica. E, no entanto, sem ser um especialista na matéria, nota-se que para certos temas chegou a fazer algumas leituras actualizadas, tanto sobre a história como sobre alguns livros da Bíblia. Os leves traços da carta n.º 56 poderiam ser semente para um tratamento completamente diferente de tudo o aqui apresentado. Na verdade, o que o Autor realmente fez foi um ajuste de contas inter-ideológico sobre problemas ainda mal resolvidos na nossa consciência cultural, nomeadamente o da justeza mental e pertinência humana da atitude religiosa ou do dado religioso histórico. A Bíblia aparece chamada a terreiro, mas não foi realmente tratada. O que se andou a esgrimir foi um

apanhado, amiúde vilmente caricatural, de doutrina religiosa católica acriticamente amalgamada e sem nenhuma contextualização histórica, sujeitando esse resumo dogmático a operações de exibição menospreziva e escarninha (explícito do Autor, p. 56, 78).

O próprio apelo final dos dois correspondentes a favor de “uma humanidade futura que não necessite de procurar para (*sic*, leia-se ‘fora’, certamente) de si as razões que fundamentem uma convivência solidária e fraterna” merece todo o nosso aplauso e terá o nosso melhor contributo. Ora, o estudo de um documento tão complexo e tão rico de longa e funda história humana como é a Bíblia poderia ser um bom contributo para nos aproximar desse objectivo. Mas, para a cruzada que ele mesmo proclamou, o Autor perdeu em grande parte a oportunidade de aproveitar algo da Bíblia. O próprio dinamismo do diálogo intercultural com a sua correspondente japonesa ficou fruste e quase só serviu para dar a todo o texto um ar coloquial.

A edição portuguesa acrescentou abundantes notas a cada carta, mas elas são praticamente todas inúteis, pois simplesmente copiam numa outra tradução portuguesa da Bíblia a citação que se apresentava referenciada dentro do texto. Ora as traduções podem ser inúmeras e acrescentar outra tradução portuguesa nada interferiu na discussão do conteúdo.

Enfim, a Caminho, que até tem algumas boas razões para bom nome editorial, poderia ter investido muito mais eficazmente na tradução de livros melhores que este, mesmo em termos de leitura “laica” da Bíblia.

José Augusto Ramos

MARK S. SMITH, *The Ugaritic Baal Cycle: Vol. 1: Introduction with text and commentary of KTU 1.1-1.2*, E. J. Brill, Leiden/N. York/Colónia, 1994, XXXVI + 446 pp. ISBN 9004099956.

M. Smith é professor na Universidade Saint Joseph de Filadélfia e fez o seu doutoramento em Línguas e Literaturas Semíticas do Noroeste em Yale. Este livro tem o nº 55 da colecção “Supplements to Vetus Testamentum”, revista editada pela mesma editorial.

Estuda o ciclo de Baal, que é o mais longo e mais importante texto religioso-cultural proveniente de Ugarit e também da área das culturas